



ACÇÃO SOCIALISTA

N.º 1415 | FEVEREIRO 2020 | DIRETORA EDITE ESTRELA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



JOSÉ LUÍS CARNEIRO
“O PS TEM
VINDO A
DEMONSTRAR
SER UM
FATOR DE
ESTABILIDADE
GOVERNATIVA”



ANA CATARINA MENDES
“A LUTA
CONTRA A
POBREZA É
UMA QUESTÃO
FUNDAMENTAL”

PÁG. 8

PÁG. 4



DR

OE 2020 APROVADO

**PORTUGAL REFORÇA O CAMINHO
DE RESPONSABILIDADE
E CONFIANÇA** PÁG. 10

“POLÍTICAS DE FUTURO”

PARTIDO SOCIALISTA LANÇA NOVA CAMPANHA

O **PARTIDO SOCIALISTA** está a lançar uma nova campanha de outdoors, onde destaca as medidas do Orçamento do Estado que vão melhorar a vida dos portugueses e das portuguesas em 2020. A campanha é composta por 4 car-

tazes setoriais gigantes, focados na Saúde, na Justiça Social, no Clima e nos Jovens. Cada um dos cartazes menciona as medidas mais emblemáticas em cada setor, nomeadamente o Plano de Investimento na Saúde, através

do qual está a ser injetado um reforço financeiro que o Primeiro-Ministro António Costa classificou como “reforço sem precedentes”.

Através desta campanha, o Partido Socialista quer deixar claro que se trata de um Or-

çamento de futuro, que dá um passo em frente na melhoria da qualidade dos serviços públicos, que apoia as novas gerações, que se preocupa com as questões ambientais, que combate as desigualdades, apoiando quem mais precisa,

e que combate o declínio demográfico. Trata-se de uma forma de clarificar as medidas políticas adotadas e de as identificar na matriz do Programa do Governo, recorrendo a formas de comunicação mais tradicionais. ■

Pelo Clima

- ✦ TRANSPORTES PÚBLICOS
- ✦ ENERGIAS RENOVÁVEIS
- EMISSÕES DE CARBONO

#Políticas de Futuro PS

Para os Jovens

- ✦ HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS
- ✦ BOLSAS
- PROPINAS
- IRS NOS PRIMEIROS 3 ANOS DE TRABALHO

#Políticas de Futuro PS
WWW.PS.PT

Justiça Social

- ✦ COMBATE À POBREZA NOS IDOSOS
- ✦ SALÁRIOS E PENSÕES
- ✦ APOIO ÀS FAMÍLIAS COM FILHOS

#Políticas de Futuro PS

Saúde

- ✦ INVESTIMENTO NO SNS
- ✦ MÉDICOS E ENFERMEIROS
- ✦ CONSULTAS E CIRURGIAS
- TAXAS MODERADORAS

#Políticas de Futuro PS
WWW.PS.PT



NOVO CICLO PS EM DIÁLOGO “OLHOS NOS OLHOS” COM A SOCIEDADE CIVIL

O Secretário-geral adjunto do PS deu início aos 'Diálogos Olhos nos Olhos', uma iniciativa do Partido Socialista que arrancou a 10 de fevereiro em Bragança e que tem como principal objetivo auscultar a sociedade civil.

JOSÉ LUÍS CARNEIRO escolheu o momento seguinte à aprovação do Orçamento do Estado para arrancar com este ciclo, explicando que “é o momento oportuno para que o maior partido português, responsável pela conquista e consolidação das liberdades e direitos fundamentais, vá ao encontro dos cidadãos e das suas instituições para os ouvir, com eles dialogar olhos nos olhos, auscultando as suas críticas e sugestões, tendo em vista aperfeiçoar as suas opções de política, quer no Parlamento, quer no Governo”. “Trata-se de uma prática de ‘prestação de contas’, mas também de ‘responsabilidade’, ou seja, de validação regular das opções de política, mobilizando os cidadãos para a responsabilidade coletiva na administração dos bens públicos”, acrescentou o dirigente do PS.

Avançar com a eleição das CCDR

Em Trás-os-Montes, no Sa-

lão Nobre da Escola Secundária Emídio Garcia, em Bragança, José Luís Carneiro deixou a garantia de que o Partido Socialista vai avançar com a eleição das Comissões de Coordenação e de Desenvolvimento Regional (CCDR), assegurando que “estas passarão a ter uma legitimidade política enraizada nas comunidades locais, em detrimento de dependerem apenas e exclusivamente do poder central” e que “para tornar o Estado mais eficiente, alguns dos serviços da administração desconcentrada passarão a estar integrados na esfera das CCDR”. Este é o passo seguinte na reforma do Estado, considera o número dois do PS, depois de o Governo ter lançado um processo de descentralização, através do qual “pretende dar mais poder às freguesias, aos municípios e às comunidades intermunicipais”.

O Secretário-geral adjunto do PS aproveitou este encontro com as forças vivas da região

para dar nota do empenho do Partido Socialista na promoção de uma verdadeira política de coesão, lembrando que está em elaboração uma estratégia nacional de desenvolvimento regional que pretende “compatibilizar as orientações estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) com os restantes instrumentos de Gestão Territorial e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; valorizar os municípios e as CIM na construção de uma política de desenvolvimento urbano sustentável; acelerar a execução dos Programas Operacionais Regionais do PT/2020; valorizar o Interior e apostar na cooperação territorial transfronteiriça, transnacional e inter-regional, com projetos conjuntos”.

A iniciativa “Diálogos Olhos nos Olhos” irá percorrer nos 18 distritos e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira até julho de 2021. ■



ESCREVO NO DIA em que o Acção Socialista Digital (ASD) faz cinco anos. Cinco anos a levar, diariamente, as notícias aos assinantes e a quem as desejar ler. Cinco anos a trabalhar com rigor e qualidade.

Mais de cinco anos passaram desde que António Costa, recém-eleito Secretário-geral do PS, me convidou para diretora do Acção Socialista (AS) e lhe propus a criação de uma edição diária deste jornal em suporte digital. Proposta aceite com entusiasmo e que sempre apoiou ao longo destes anos. E assim surgiu no panorama mediático português um projeto singular e de vanguarda na tradição pioneira do PS.

O ASD é o único jornal partidário digital diário. Há jornais partidários, mas não são digitais nem diários. Há jornais digitais diários, mas não são partidários, embora possam parecer. Com orgulho o dizemos: o ASD é único e livre, em que liberdade e responsabilidade caminham lado a lado. Em complementaridade com o histórico Acção Socialista que continua a cumprir a sua função de levar a mensagem socialista aos militantes. Como hoje, nesta edição N.º1415.

Nas últimas eleições legislativas, o PS elegeu 108 deputadas e deputados. Mais 22 do que na anterior legislatura. Com o seu voto, a maioria dos eleitores disse que queria António Costa como Primeiro-ministro e que confiava no PS para dar continuidade ao trabalho realizado nos últimos quatro anos. O governo tomou posse, apresentou o seu programa à Assembleia da República e, posteriormente, o Orçamento do Estado para este ano, que foi aprovado pela maioria parlamentar. Um orçamento de “continuidade e progresso”, nas palavras do Primeiro-ministro, que reforça o caminho iniciado na mandato anterior e responde aos desafios estratégicos para o país na nova legislatura: alterações climáticas, demografia, transição digital, desigualdades. Também por isso, este Orçamento do Estado é considerado o melhor dos últimos anos.

Nesta edição, também lhe damos conta da nova campanha de outdoors do PS, em que se destacam algumas medidas do Orçamento do Estado para melhorar a vida dos portugueses e das portuguesas, em áreas tão importantes como Saúde, Justiça Social, Clima e Jovens. Cada um destes quatro cartazes identifica as medidas mais emblemáticas no respetivo setor.

De tudo isto lhe damos notícia nesta edição. E pode ainda o leitor ler duas importantes entrevistas: da Líder parlamentar, Ana Catarina Mendes, e do Secretário-geral adjunto, José Luís Carneiro.

A divulgação dos dados estatísticos sobre desemprego, défice e crescimento económico mostram que a economia nacional está de boa saúde, como, aliás, tem sido reconhecido pelas instituições europeias e pelos organismos internacionais. De facto, Portugal foi um dos três países da União Europeia, para além de Chipre e da Lituânia, que viu a sua economia crescer acima da média europeia, registando um significativo aumento do investimento público e privado, assim como das exportações, e uma redução do défice e da dívida pública. Os dados e os números, recentemente divulgados pelo INE e pelo Eurostat, revelam que Portugal registou no quarto trimestre de 2019 uma aceleração da sua economia. Resultados que confirmam a justeza das opções estratégicas do governo liderado por António Costa e provam que Portugal está no bom caminho. ■



ENTREVISTA A JOSÉ LUÍS CARNEIRO

“O PS TEM VINDO A DEMONSTRAR SER UM FATOR DE ESTABILIDADE GOVERNATIVA”

O Secretário-geral adjunto do PS não tem dúvidas: o Partido Socialista é um fator de estabilidade governativa e a legislatura será a mais estável nas eleições de outubro, antigo autarca de Baião e secretário de Estado das Comunidades Portuguesas no XXI Governo, José Luís Carneiro, Secretário-geral, António Costa, para suceder no cargo a Ana Catarina Mendes, que assumiu a liderança do Grupo P

Sobre as suas funções, era um projeto que ambicionava? Pensou em vir a exercer o cargo de SGA?

O convite do Secretário-geral António Costa para o exercício desta função foi para mim uma surpresa. Quem vê na política o exercício de uma missão e de um serviço não olha para estas funções em termos de ambição. E eu vejo a política com muito sentido de responsabilidade, encaro as funções que tenho exercido com grande sentido de missão. Seja ao nível autárquico, seja no Governo ou no apoio à liderança do Partido Socialista, a minha ambição é cumprir o melhor possível esta missão.

Que marca pretende deixar no PS ao longo do exercício do seu mandato? Que proje-

tos tem para concretizar?

É preciso ter sempre presente que estamos a falar do maior partido político português, aquele que mais contribuiu para a conquista e a consolidação dos direitos e liberdades democráticas, aquele que mais ativamente se comprometeu com a justiça social. Ao mesmo tempo, é o grande partido do Poder Local e do Poder Regional e o partido da “Europa connosco”. Dar um contributo para a atualização das opções políticas à luz dos valores e princípios do PS, promover o exercício de o abrir ainda mais à sociedade civil, procurar qualificar a sua militância e continuar a estimular uma cultura de responsabilidade, são deveres fundamentais de quem assume estas funções. Ou seja: o Partido Socialista tem de continuar a ser a grande força

motriz da democracia e da sociedade portuguesa e eu pretendo contribuir ativamente para este objetivo.

Como vê a atual correlação de forças no Parlamento? O que espera de cada um dos partidos?

O PS obteve nas eleições de outubro uma maioria clara para executar o seu Programa. Essa confiança expressa pelo povo português de forma maioritária reforça aquela que tem sido a função histórica do PS: construir as melhores soluções políticas em diálogo. Preferencialmente esse diálogo deverá ter lugar com os partidos à nossa esquerda, sem desmerecer o contributo das outras forças políticas democráticas e pluralistas. Recordo que naquelas que são as chamadas “funções de

soberania” e em matéria de política externa, historicamente tem existido um amplo consenso com o PSD e com o CDS.

Legislatura: “O PS é um fator de estabilidade governativa”

Acredita que esta Legislatura será concluída?

Claro que sim. Num mundo globalizado, complexo e cheio de fatores de instabilidade e conflito, todos conhecem bem o valor da estabilidade. E o PS tem vindo a demonstrar ser um fator de estabilidade governativa. Quer através da sua postura de diálogo permanente, procurando consensos alargados para a adoção e implementação de medidas estruturantes, quer através das suas opções programáti-

cas, que resultam da auscultação das instituições, das cidadãs e cidadãos. Exemplos desta postura são a iniciativa “Diálogos Olhos nos Olhos”, um ciclo de abertura à sociedade civil já em curso, e também a iniciativa “Governo Mais Próximo”, que começou esta semana em Bragança.

O que é que as pessoas podem esperar do novo ciclo do Partido Socialista?

As portuguesas e os portugueses podem esperar o mais importante: segurança e previsibilidade nas opções políticas, estabilidade e credibilidade nas contas públicas, uma vontade reformista que dê confiança a quem investe e cria riqueza, e a valorização do nosso País e do nosso Governo na vida europeia e internacional. É em torno destes valores que o



M FATOR

cumprida. Eleito deputado
s Carneiro foi a escolha do
Parlamentar.

Partido Socialista está concentrado. A União Europeia está numa fase decisiva relativamente à aprovação do seu Orçamento Plurianual, em cima da mesa estão assuntos da maior importância o nosso primeiro-ministro precisa do apoio e do contributo de todos e de todas para alcançar bons resultados para Portugal. E essa é apenas uma das muitas frentes de trabalho em que o Partido Socialista tem de dar o seu melhor enquanto partido de governo. Estamos muito conscientes da amplitude desta missão. Penso que os portugueses e as portuguesas também têm essa consciência e confiam na capacidade do PS para prosseguir esta estratégia nacional de afirmação de Portugal pelo que tem de mais positivo nas pessoas e nos seus recursos.

“ O PARTIDO SOCIALISTA TEM QUE CONTINUAR A SER A GRANDE FORÇA MOTRIZ DA DEMOCRACIA E DA SOCIEDADE PORTUGUESA E EU PRETENDO CONTRIBUIR ATIVAMENTE PARA ESTE OBJETIVO”

“ NUM MUNDO GLOBALIZADO, COMPLEXO E CHEIO DE FATORES DE INSTABILIDADE E CONFLITO, TODOS CONHECEM BEM O VALOR DA ESTABILIDADE. E O PS TEM VINDO A DEMONSTRAR SER UM FATOR DE ESTABILIDADE GOVERNATIVA”

Autárquicas: “Razões para confiar nos resultados das boas políticas”

Temos no horizonte duas eleições: Presidenciais e Autárquicas. Relativamente às presidenciais, qual é a sua opinião? O PS deve apresentar um candidato, ou candidata, próprio/a?

A decisão de apresentar uma candidatura à Presidência da República é um ato de responsabilidade pessoal. Portanto, antes de mais, é necessário que os eventuais candidatos ou candidatas se disponibilizem e se posicionem politicamente. É igualmente necessário saber o que pensam e o que defendem para a Presidência da República. Só depois de conhecidas as intenções de candidatura é que os partidos decidem, em sede própria, quem apoiar ou, como já ocorreu, se devem deixar essa escolha ao critério dos seus militantes. É, portanto, cedo para nos pronunciarmos sobre o assunto.

Sobre as Autárquicas, onde é que o PS pode colocar a farsquia sem correr riscos?

O PS e os candidatos por si apoiados tiveram resultados excelentes em 2013 e em 2017.

O nosso objetivo deve ser o de consolidar esses resultados. Recordo que, das Câmaras Municipais onde o PS está em maioria, há cerca de 40 em que os, ou as presidentes atingiram o limite de mandatos, pelo que não poderão recandidatar-se. Mas as boas políticas seguidas pelos autarcas socialistas dão-nos razões para termos confiança nos resultados.

O SGA está disponível para participar no desafio autárquico como candidato?

Todos os dirigentes políticos devem estar disponíveis para as autarquias. É através das autarquias que as políticas públicas mais influenciam a vida das pessoas. Temos dois grandes exemplos de participação de dirigentes do PS em autárquicas: a do Secretário-geral Jorge Sampaio que, há 30 anos foi candidato a Lisboa, e a do então ministro António Costa. Ambos deram um inestimável contributo para valorizar a ação autárquica. E recordo que António Costa já tinha sido candidato a Loures. Um acabou por se tornar Presidente da República e o outro é primeiro-ministro. No entanto, quero salientar que neste momento estou inteiramente dedicado às minhas funções no Parlamento e no Partido Socialista. ■



POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

“TEMOS DESENVOLVIDO UMA CULTURA DE INOVAÇÃO”

Qual a importância de um projeto editorial como o Acção Socialista nos dias de hoje? Como avalia 5 anos de Acção Socialista Digital?

O Acção Socialista tem uma importante função, que tem sido executada com elevado sentido de responsabilidade e de serviço. Manter os militantes e os simpatizantes do PS regularmente informados sobre o que de mais relevante ocorre na vida política nacional e internacional é uma inestimável mais-valia num tempo em que a política perdeu claramente espaço mediático. O Acção Socialista constitui uma fonte diária de notícias que escapariam às pessoas se este projeto não existisse e não contasse com a colaboração de profissionais da informação.

A comunicação política foi muito afetada pelas novas formas de comunicar?

Muito mesmo. As redes sociais trouxeram um mundo de oportunidades de comunicar, mas trouxeram igualmente outro tanto de riscos. Daí que a necessidade do rigor e da isenção tenham assumido uma nova importância. Caminharmos no sentido de informarmos, debatermos, esclarecermos, valorizando o contraditório e a livre formação da opinião, é essencial. É essa direção certa, combatendo a desinformação e a contrainformação, que têm nas redes sociais um território

de difusão acessível e muito fácil.

Como está o PS a adaptar-se?

O PS sempre foi um partido político de grande proximidade com as pessoas. Naturalmente, não poderia deixar de estar presentes nestas plataformas de contacto, nas redes sociais. Temos uma página de Facebook, através da qual interagimos com os utilizadores, estamos no Twitter

“ TEMOS VINDO A DESENVOLVER UMA CULTURA DE INOVAÇÃO TAMBÉM NESTE DOMÍNIO, PROCURANDO IR AO ENCONTRO DAS NOVAS GERAÇÕES ATRAVÉS DE NOVOS CANAIS E DE NOVOS CONTEÚDOS QUE NOS PERMITAM ESTABELECEER UMA CADEIA DE DIÁLOGO, QUE CONSIDERAMOS MUITO IMPORTANTE.”

e no Instagram, procurando ir ao encontro das diversas faixas etárias e dos diversos tipos de utilizadores destas redes. Temos vindo a desenvolver uma cultura de inovação também neste domínio, procurando ir ao encontro das novas gerações através de novos canais e de novos conteúdos que nos permitam estabelecer uma cadeia de diálogo, que consideramos muito importante. ■

PS CONQUISTOU MAIS 22 DEPUTADOS E GANHOU COM MAIS 160 MIL VOTOS

O PARTIDO SOCIALISTA alcançou nas eleições legislativas de outubro uma expressiva vitória, elegendo mais 22 deputados na Assembleia da República, passando de 86 para 108, tendo registado mais 160 mil votos expressos e sendo a força política mais votada em 15 dos 20 círculos eleitorais no território nacional.

Comparativamente com as eleições de 2015, o PS voltou a ser o partido mais votado em Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Portalegre, Setúbal e na Região Autónoma dos Açores, estendendo a vitória eleitoral a oito círculos onde a coligação PSD/CDS tinha sido a mais votada há quatro anos: Aveiro, Braga, Coimbra,



Guarda, Lisboa, Porto, Santarém e Viana do Castelo.

O PS assegurou o mesmo número de deputados eleitos em 2015 nos Açores, Bragança, Guarda e Vila Real, elegendo mais um deputado por cada um dos círculos de Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Viseu e Madeira, mais dois parlamentares por Aveiro, Lisboa e Setúbal, e mais três pelo círculo do

Porto. Conquistando ainda um deputado pelo círculo de Fora da Europa. ■

VER MAIS:



DEPUTADOS ELEITOS

Saiba quem são os 108 deputados à Assembleia da República eleitos pelo Partido Socialista para a legislatura 2019-2023, por círculo eleitoral:

■ AÇORES

Isabel Almeida Rodrigues
Lara Martinho
João Fernando Brum de Azevedo e Castro

■ AVEIRO

Pedro Nuno Santos
Cláudia Cruz Santos
Filipe Neto Brandão
Porfírio Silva
Susana Correia

Hugo Oliveira
Joana Pereira

■ BEJA

Pedro do Carmo
Telma Guerreiro

■ BRAGA

Sónia Fertuzinhos
José Mendes
Maria Begonha
Joaquim Barreto
Hugo Pires
Palмира Maciel
Luís Soares
Nuno Sá

■ BRAGANÇA

Jorge Gomes

■ CASTELO BRANCO

Hortense Martins
Eurico Brilhante Dias
Nuno Fazenda

■ COIMBRA

Marta Temido
Pedro Coimbra

João Ataíde
Cristina Jesus
Tiago Estevão Martins

■ EUROPA

Paulo Pisco
■ ÉVORA
Luís Capoulas Santos
Norberto Patinho

■ FARO

Jamila Madeira
José Apolinário
Jorge Botelho
Joaquina Matos
Luís Graça

■ FORA DA EUROPA

Paulo Porto
■ GUARDA
Ana Mendes Godinho
Santinho Pacheco

■ LEIRIA

Raul Miguel Castro
Elza Pais

António Lacerda Sales
João Paulo Pedrosa

■ LISBOA

António Costa
Edite Estrela
Eduardo Ferro Rodrigues
Mariana Vieira da Silva
Mário Centeno
Graça Fonseca
João Gomes
Cravinho
Maria da Luz Rosinha
Marcos Perestrello
Susana Amador
Sérgio Sousa Pinto
Fátima Fonseca
Pedro Delgado Alves
Ana Sofia Antunes
Jorge Lacão
Isabel Moreira

Pedro Cegonho
Ricardo Leão
Romualda Fernandes
Miguel Matos

■ MADEIRA

Carlos Pereira
Olavo Câmara
Marta Freitas
PORTALEGRE
Luís Moreira Testa
Ricardo Miguel Pinheiro

■ PORTO

Alexandre Quintanilha
Rosário Gamboa
João Matos Fernandes
Ana Paula Vitorino
José Luis Carneiro
Cristina Moreira
João Paulo Correia
Tiago Barbosa

Ribeiro
Isabel Oneto
João Torres
Pedro Bacelar
Vasconcelos
Joana Lima
Pedro Sousa
Constança Urbano de Sousa

José Magalhães
Hugo Carvalho
Carla Miranda

■ SANTARÉM

Alexandra Leitão
António Gameiro
Maria do Céu
Albuquerque
Hugo Costa

■ SETÚBAL

Ana Catarina Mendes
Eduardo Cabrita
Eurídice Pereira
João Galamba

Ricardo Mourinho
Félix
Catarina Marcelino
Maria Antónia
Almeida Santos
Filipe Pacheco
André Pinotes
Batista

■ VIANA DO CASTELO

Tiago Brandão
Rodrigues
Marina Gonçalves
Anabela Rodrigues

■ VILA REAL

Ascenso Simões
Francisco Ferreira
Rocha

■ VISEU

João Azevedo
Lúcia Fernanda
Araújo Silva
João Paulo Rebelo
José Rui Cruz

ANA CATARINA MENDES LIDERA DIREÇÃO MAIS REPRESENTATIVA E PARITÁRIA

A LÍDER da bancada socialista no Parlamento, Ana Catarina Mendes, foi eleita por uma ampla maioria de 91% pelos deputados do PS e conta na sua direção com cinco mulheres num total de 12 vice-presidentes: a ex-ministra Constança Urbano de Sousa, Hortense Martins, de Castelo Branco, a líder da JS, Maria Begonha, Marina Gonçal-

ves, de Viana do Castelo, e Lara Martinho, dos Açores. Importa sublinhar que é também uma mulher, Ana Catarina Mendes, que pela primeira vez assume a responsabilidade de liderar a bancada parlamentar do PS. Integram a nova equipa da direção do GPPS Carlos Pereira, da Madeira, João Paulo Correia, do Porto, Pedro Delgado Alves, de



JORGE FERREIRA

Ferro Rodrigues reeleito presidente da AR

O socialista Eduardo Ferro Rodrigues foi reeleito Presidente da Assembleia da República na primeira sessão do novo Parlamento. Dirigindo-se aos deputados, logo após a eleição, Ferro Rodrigues manifestou-se agradecido pela confiança em si depositada, que disse ser "motivo da maior honra", pelo que procurará "continuar a ser o presidente de todos os deputados e deputadas".

A deputada socialista Edite Estrela foi eleita como primeira vice-presidente da Assembleia da República, tornando-se na primeira mulher socialista a desempenhar este cargo. A deputada Maria da Luz Rosinha foi eleita Secretária da Mesa e Diogo Leão e Sofia Araújo, vice-secretários. ■

Lisboa, que transitam da equipa de Carlos César. E ainda Luís Testa, de Portalegre, Porfírio Silva de Aveiro, Hugo Pires de Braga, membros do Secretariado Nacional e também José Luís Carneiro, novo secretário-geral adjunto do partido. Com esta composição, a nova liderança parlamentar do PS afirma uma

lista que não só mantém a qualidade da direção do Grupo Parlamentar, mas reforça também um claro equilíbrio na diversidade regional, nela figurando deputados e deputadas eleitos pelos círculos do interior, do litoral, do Norte e do Sul e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.



JORGE FERREIRA

PROGRAMA DO XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL

AMBIÇÃO E CONFIANÇA PARA UMA NOVA PÁGINA DE PROSPERIDADE

Este é um “Governo de continuidade da mudança que iniciámos em 2015”, assegurou o Primeiro-Ministro no arranque do debate do Programa do XXII Governo Constitucional, no Parlamento. Foi com esta garantia que António Costa iniciou a defesa do Programa do Governo para a presente Legislatura, avisando que não se esperem “retrocessos no progresso que já alcançámos” e assegurando que o Executivo não vai “marcar passo”, nem “mudar o rumo” do caminho até agora prosseguido.

AVANÇAR e consolidar as políticas iniciadas em 2015 não significa, contudo, para o líder socialista, que o Governo se prepara para abandonar o “equilíbrio responsável” que já conseguiu na anterior legislatura entre a melhoria de rendimentos e a confiança que “promove o investimento”, entre a recuperação dos serviços públicos e a redução da dívida pública, entre a diminuição das desigualdades e a coesão interna e a competitividade externa, entre a defesa do interesse nacional e o aprofundamento do projeto europeu. Tudo isto, como assinalou, “com contas certas”. Para o primeiro-ministro, quanto mais o país avança, “mais exigente se torna a caminhada”, tendo reforçado a ambição de “fazer mais e melhor”. Depois de alinhar os quatro grandes desafios estratégicos em volta dos quais se estrutura o Programa do Governo, as alterações climáticas, a sustentabilidade demográfica, a transição digital e o combate às desigualdades, o primeiro-ministro sustentou que para “vencer estes desafios estratégicos” são necessárias medidas concretas que contribuam para a melhoria da vida dos cidadãos e com impacto real no seu quotidiano, nomeadamen-

te com políticas de habitação e de emprego estável e bem remunerado, políticas que permitam às famílias encontrar creches para os seus filhos, escolas e universidades de qualidade, transportes públicos cómodos e a preços acessíveis e acesso a bons cuidados de saúde.

Segundo António Costa, há ainda outros desafios fundamentais a que “temos de responder” que passam, como salientou, pela “melhoria geral dos salários e pela conciliação da vida pessoal, familiar e profissional”, defendendo que “não basta olhar para o salário mínimo nacional”, sendo igualmente preciso “prosseguir uma evolução justa de todos os salários”, designadamente na remuneração dos jovens qualificados, assegurando-lhes a “confiança de que devem investir na sua qualificação e que é aqui, em Portugal, que se podem realizar plenamente quer do ponto de vista pessoal, quer profissional”. António Costa referiu-se ainda à nova Lei de Bases da Saúde recentemente aprovada no Parlamento, uma lei que segundo o primeiro-ministro “será inevitavelmente marcada pelo desenvolvimento da melhoria dos cuidados de saúde prestados

aos cidadãos”, destacando que a prioridade continua a ser o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários um objetivo que “nos propusemos generalizar ao longo desta legislatura”.

Os portugueses confiaram na estabilidade política

A presidente da bancada socialista, Ana Catarina Mendes, reafirmou a vontade do PS em continuar “a trabalhar para que Governo e Parlamento cheguem, durante os próximos quatro anos, a todos os acordos que forem necessários para que as pessoas sintam que a sua vida está melhor”. Na sua intervenção, no encerramento do debate do Programa do Governo, Ana Catarina Mendes recordou que os portugueses votaram no sentido da estabilidade política, mostrando, através do reforço dos resultados eleitorais, que confiaram no PS para “manter a solução política da anterior legislatura, independentemente da forma concreta que assuma”.

“O essencial é saber onde nos posicionaremos no momento em que tivermos de optar por medidas que mudem a vida das pessoas para lhes conferir maior dignidade e mais direitos”, afirmou. ■

O EXECUTIVO DO NOVO GOVERNO PS

São dezanove ministros: oito mulheres e onze homens, além do próprio Primeiro-ministro. É o Governo com melhor índice de paridade de género, com as mulheres a representarem 42% do Executivo. António Costa manteve 14 dos anteriores ministros e ministras à frente das mesmas pastas, fazendo entrar cinco novos elementos: Alexandra Leitão, Ana Abrunhosa, Ana Mendes Godinho, Maria do Céu Albuquerque e Ricardo Serrão Santos. O Primeiro-ministro pretende com este Executivo dar resposta às principais prioridades do Programa do Governo: combater as desigualdades e a crise demográfica, implementar um verdadeiro programa de ação climática e promover a transição digital.

COMPOSIÇÃO DO XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL

 António Costa PRIMEIRO-MINISTRO	 Graça Fonseca MINISTRA DA CULTURA
 Pedro Siza Vieira MINISTRO DE ESTADO, DA ECONOMIA E DA TRANSIÇÃO DIGITAL	 Manuel Heitor MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
 Augusto Santos Silva MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	 Tiago Brandão Rodrigues MINISTRO DA EDUCAÇÃO
 Mariana Vieira da Silva MINISTRA DE ESTADO E DA PRESIDÊNCIA	 Ana Mendes Godinho MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
 Mário Centeno MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS	 Marta Temido MINISTRA DA SAÚDE
 João Gomes Cravinho MINISTRO DA DEFESA NACIONAL	 João Pedro Matos Fernandes MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA
 Eduardo Cabrita MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	 Pedro Nuno Santos MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO
 Francisca Van Dunem MINISTRA DA JUSTIÇA	 Ana Abrunhosa MINISTRA DA COESÃO TERRITORIAL
 Alexandra Leitão MINISTRA DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 Maria do Céu Albuquerque MINISTRA DA AGRICULTURA
 Nelson Souza MINISTRO DO PLANEAMENTO	 Ricardo Serrão Santos MINISTRO DO MAR



ANA CATARINA MENDES, LÍDER PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

“A LUTA CONTRA A POBREZA É UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL”

A presidente da bancada socialista no Parlamento considera que o Orçamento do Estado foi um bom teste para todas as forças políticas. O PS contribuirá para a estabilidade política e social nesta Legislatura. Ana Catarina Mendes lembra que os portugueses que se comprometem a trabalhar com todos os partidos para alcançar as melhores soluções. Sobre comunicação e democracia, a líder socialista fala sobre os desafios emergentes do crescimento das redes sociais.

É A PRIMEIRA mulher a liderar a bancada parlamentar do PS. O que representa este facto para si? Enfrentou alguma dificuldade no processo de afirmação?

Sim, sou – e é com orgulho que aceito o desafio. É um cargo que assumo como os outros que tenho desempenhado, procurando corresponder à confiança que em mim foi depositada, neste caso pelos meus colegas deputados. Todas as funções têm desafios e dificuldades e o importante é saber superá-los.

Exerce um cargo de enorme responsabilidade, numa conjuntura política extremamente

complexa. O Orçamento do Estado foi um bom teste?

O Orçamento de Estado para 2020 foi um teste para todo o Parlamento: para o PS, para os partidos da oposição e para o Governo. Há uma nova realidade política resultante das eleições de outubro de 2019 e estamos todos cientes disso, mas cabe ao PS, que ganhou essas eleições e que tem o maior grupo parlamentar na Assembleia da República, estar à altura das suas responsabilidades e garantir a estabilidade política e social nesta legislatura. Afirmar e cumprir o nosso programa é credibilizar a política. O OE foi o primei-

ro passo no compromisso que assumimos com os portugueses da erradicação da pobreza, do reforço do Estado Social e da aposta na nova geração de desafios estratégicos.

Governança à esquerda

Como vê a atual correlação de forças no Parlamento? O que espera de cada um dos partidos?

Acima de tudo: responsabilidade!

Acredita que esta Legislatura será concluída?

Acredito – é isso que os portugueses nos pedem.

Há alguma solidez na relação que ficou entre PS, BE, PCP e Verdes?

Há pontos de convergência com esses partidos em certas matérias, algumas das quais consideramos fundamentais para o País e para os cidadãos. Foi isso que resultou da vontade expressa pelos eleitores. A maioria dos portugueses quer uma governança à esquerda. Vamos continuar a trabalhar com todos os partidos com assento parlamentar.

O PS pretende marcar esta Sessão Legislativa através de propostas políticas em que áreas preferenciais?

O Grupo Parlamentar do PS tem a função de apoiar o Governo na sua ação, mas não se esgota nisso. Para mim, a luta contra a pobreza é uma questão fundamental e tudo faremos, no Grupo Parlamentar do PS, para apoiar o Governo na definição de uma estratégia para erradicar a pobreza, com um olhar particularmente atento aos idosos e aos desempregados de longa duração. Outra marca importante, que nos distingue enquanto partido do socialismo democrático, é a defesa também dos interesses da classe média, que ainda não recuperou devidamente do esforço que



JORGE FERREIRA

“ PARA MIM, A LUTA CONTRA A POBREZA É UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL E TUDO FAREMOS, NO GRUPO PARLAMENTAR DO PS, PARA APOIAR O GOVERNO NA DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA PARA ERRADICAR A POBREZA, COM UM OLHAR PARTICULARMENTE ATENTO AOS IDOSOS E AOS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO.”

LISTA

REZA FUNDAMENTAL”

forças políticas no Parlamento e assegura que o governo tem uma governação à esquerda, mas assume o papel parlamentar deixa clara a sua preocupação com

foi exigido a todos durante a crise.

O que é que os portugueses podem esperar do novo ciclo do PS?

Melhorias no seu dia-a-dia, nomeadamente com o aumento do investimento nos serviços públicos essenciais, com destaque para a Saúde, continuar a convergência com a União Europeia e melhorar da qualidade da nossa democracia.

PS: O maior partido autárquico

Temos no horizonte duas eleições: Presidenciais e Autárquicas. Relativamente às

presidenciais, qual é a sua opinião? O PS deve apresentar um candidato, ou candidata, próprio/a?

Não é o momento para falar sobre esse assunto.

Sobre as Autárquicas, onde é que o PS pode colocar a fasquia sem correr riscos?

Quanto às eleições autárquicas, temos o dever de continuar a ser o maior partido autárquico e para isso há que destacar e apoiar o bom trabalho de milhares de autarcas do PS nas Assembleias e Câmaras Municipais e nas Assembleias e Juntas de Freguesia. ■



JORGE FERREIRA

COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

A reforma do território autárquico vai ou não avançar? O Grupo Parlamentar vai tomar alguma iniciativa ou vai aguardar pelo Governo? O que podem esperar as populações das freguesias que foram obrigadas a juntar-se contra sua vontade?

O Governo já assumiu a necessidade de se aprovar uma alteração à atual lei. Irá apresentar uma proposta de lei que permitirá fixar critérios para a criação, fusão e extinção de freguesias.

Como analisa o comportamento da Comunicação Social? E que problemas acha que este setor está a enfrentar?

As redes sociais colocam hoje desafios enormes à comunicação social tal como a conhecemos e concebemos. É essencial manter uma comunicação social independente, quer do poder político, quer do poder económico, com capacidade de influenciar a formação da opinião assegurada por profissionais competentes. A existência de órgãos de comunicação social sólidos, fiáveis e independentes é essencial não só para o futuro da democracia como para o presente.

Qual a importância de um projeto editorial como o Ação Socialista nos dias de hoje?

A comunicação partidária de qualidade é essencial para estimular os debates. No caso

do PS, o Ação Socialista é fundamental para manter informados os nossos militantes, simpatizantes e passar a nossa mensagem.

Como avalia 5 anos de Ação Socialista Digital?

O Ação Socialista Digital é, num novo tempo de desmaterialização da informação, uma

“ É ESSENCIAL MANTER UMA COMUNICAÇÃO SOCIAL INDEPENDENTE, QUER DO PODER POLÍTICO, QUER DO PODER ECONÓMICO, COM CAPACIDADE DE INFLUENCIAR A FORMAÇÃO DA OPINIÃO ASSEGURADA POR PROFISSIONAIS COMPETENTES.”

forma mais direta de chegar a todos os militantes e simpatizantes do PS. É a demonstração de que o PS está atento à mudança na forma de melhor comunicar. Ao longo de cinco anos, a diretora do Ação Socialista Digital tem sabido conduzir esta publicação diária com enorme sucesso e dedicação. ■



JORGE FERREIRA

PORTUGAL REFORÇA O CAMINHO DE RESPONSABILIDADE E CONFIANÇA

O primeiro-ministro, António Costa, congratulou-se com a aprovação do Orçamento do Estado, no Parlamento, afirmando que o país e os portugueses ganham com um orçamento que revela responsabilidade e oferece continuidade às políticas desenvolvidas na anterior legislatura.

“OS PORTUGUESES desejam continuidade da governação dos últimos quatro anos e este quinto Orçamento confirma isso”, defendeu o líder socialista António Costa falava na Assembleia da República, depois de a proposta do Governo de Orçamento do Estado (OE) para 2020 ter sido aprovada, em votação final global, com os votos favoráveis do PS e as abstenções de BE, PCP, PAN, PEV e da deputada não inscrita Joacine Katar Moreira. PSD, CDS-PP e os parlamentares da Iniciativa Liberal e do Chega votaram contra. Com idêntica votação foram aprovadas as propostas de lei de Grandes Opções do Plano de 2020 e do quadro plurianual de programação orçamental para os anos 2020-2023. Tendo ao seu lado o ministro de Estado e das Finanças, Mário Centeno, e o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, o líder do Governo socialista sustentou que a Democracia ganha com soluções à esquerda e com um PS mais forte.

Ganha a Democracia com um PS mais forte

Na sua declaração, António Costa frisou também que os “parceiros naturais” do Governo continuam a estar à esquerda, ainda que, no seu entender,

não tenham feito a análise mais correta sobre a vontade manifestada pelos portugueses.

“Desde a noite das eleições não tive dúvidas sobre o que significavam os resultados eleitorais, com os portugueses a dizer que desejavam que a geringonça continuasse, agora com um PS mais forte. Mas acho que os nossos parceiros dramatizaram excessivamente algumas perdas conjunturais que terão registado e interpretaram erradamente como vontade de os portugueses não darem continuidade à geringonça, ou de que esta solução política lhes tivesse sido prejudicial. Mas essa não é de todo em todo a nossa análise”, contrapôs.

Pelo contrário, sublinhou António Costa, nas últimas eleições legislativas, “a direita teve a maior derrota eleitoral de sempre, pulverizou-se e está hoje mais fraca - e isso foi fruto do sucesso da governação dos últimos quatro anos”.

“Sempre dissemos que, com ou sem maioria absoluta, iríamos negociar - e assim temos feito, já que tanto o programa do Governo, como este Orçamento após a especialidade, apresentam diferenças resultantes das negociações com o Bloco de Esquerda, PCP, PAN e Livre”, apontou, sem deixar de salientar que “há um programa do

Governo que todos conhecem”. Neste ponto, António Costa reafirmou a ideia de que a democracia portuguesa “ganha muito”, na clareza das suas opções políticas, com uma alternativa à direita, polarizada pelo PSD, “e em ter soluções políticas devidamente ancoradas à esquerda, com um Governo polarizado pelo PS”.

António Costa lamentou, também, que no momento em que se discutiam as linhas estratégicas para o futuro do país, o PSD, enquanto maior partido da oposição, tenha preferido utilizar o debate orçamental como instrumento da sua “campanha eleitoral interna”.

PSD priorizou campanha interna

“Quem quer fazer política tem de estar na política com responsabilidade. Não podemos estar a fazer política para a bancada, um Orçamento do Estado não é propriamente um ‘outdoor’ onde se afixam promessas eleitorais, devendo ser antes um instrumento de responsabilidade”, contrapôs, deixando a interrogação, a título de exemplo, de como um partido “que passa o tempo a falar na necessidade de melhorar a competitividade fiscal das empresas não apresenta nenhuma medida para isso e a grande

medida que propõe exclui precisamente as empresas”.

Em relação à proposta do PSD sobre o IVA da eletricidade, que acabou por ser retirada, após avanços e recuos, António Costa referiu que os sociais-democratas “estão sempre a falar de contas certas, mas, depois, apresentam uma medida que significaria deitar pela janela fora 800 milhões de euros de receita num ano”.

Uma irresponsabilidade política e orçamental que o líder socialista fez questão de contrapor à iniciativa do Governo sobre a matéria.

“Procuramos agora em Bruxelas que o IVA da eletricidade baixe da forma que pode e deve descer, ou seja, em função dos escalões de consumo, de forma a apoiar mais quem, tendo menos rendimento, também consome menos. Queremos incentivar fiscalmente um consumo mais responsável”, acrescentou.

Um orçamento de continuidade e progresso

António Costa fez questão de reforçar que o Orçamento do Estado apresentado pelo Governo do PS é de “continuidade e progresso”, reforçando o caminho iniciado na legislatura anterior e respondendo aos de-

safios estratégicos para o país na nova legislatura.

“Um Orçamento de continuidade da mudança que iniciámos em 2016, assegurando mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade, com contas certas. Um Orçamento de progresso na resposta aos quatro grandes desafios estratégicos da nova legislatura: alterações climáticas, demografia, transição digital, desigualdades”, afirmou, sublinhando também a consolidação e o reforço do caminho iniciado há quatro anos, com mais investimento, qualidade nos serviços públicos, melhoria dos rendimentos e maior justiça social.

O primeiro-ministro referiu-se, depois, à previsão de um excedente orçamental, o que acontece “pela primeira vez na democracia”, para realçar a importância fundamental de o país se libertar dos recursos afetos ao serviço da dívida, lembrando que é essa liberdade orçamental que permitirá reforçar o investimento em áreas prioritárias como a saúde, a educação ou a habitação.

“É o resultado da trajetória de consolidação prosseguida na anterior legislatura e é também condição essencial para prosseguirmos a nossa estratégia de prosperidade partilhada”, defendeu António Costa. ■

ORÇAMENTO DO ESTADO SEM DESVIRTUAMENTOS

CARLOS CÉSAR, presidente do Partido Socialista, considera que a condução política do debate sobre o Orçamento do Estado "correu bastante bem", realçando que o documento foi aprovado "sem desvirtuamentos" à proposta inicial.

"Se nós exce tuarmos dois ou três casos de propostas aprovadas, a verdade é que este Orçamento foi aprovado sem desvirtuamentos que o pusessem em causa", apontou o presidente do PS, Carlos César. "Evidentemente que estamos num período mais complexo, onde a natureza das medidas a tomar não é a natureza preliminar e mais básica daquelas que foram necessárias tomar no período imediatamente depois do Governo do PSD e do CDS, e isso exige um diálogo com maior maturidade e com maior seleção do ponto de vista político" entre os partidos da esquerda, explicou.

Sobre o equilíbrio de forças no Parlamento, Carlos César entende que "em boa verdade, nós não negamos que este relaciona-



JORGE FERREIRA

mento agora apresenta maiores complexidades e maiores dificuldades" comparando com o último Governo do PS, em que havia um acordo escrito com a esquerda, "mas continuamos a afirmá-lo como prioridade do ponto de vista do nosso relacionamento, o que ficou, aliás, expresso nas votações que ocorreram" no Orçamento.

Já sobre o desempenho dos social-democratas na discussão do Orçamento do Estado para 2020, Carlos César considerou que uma das características do PSD dirigido por Rui Rio é a "geometria variável, porque tanto é capaz de

fazer uma geringonça à esquerda para dar cabo das contas do Orçamento ou para fazer episódios como o do IVA, como pede a mão ao PS para fazer reformas estruturais sobre as quais, de resto, não produz conteúdo explícito, ou até para num dia insultar o CDS e no dia seguinte pedir-lhe namoro". O dirigente socialista antecipou que o PSD "está fadado para tombar à direita, à procura de um aliado, que é o CDS, que se chegou ainda mais para lá da direita" com a nova liderança, e lamentou que os social-democratas continuem a seguir uma conduta "errática e imprevisível". ■

OS PORTUGUESES CONFIARAM NA ESTABILIDADE POLÍTICA

A PRESIDENTE da bancada socialista, Ana Catarina Mendes, reafirmou a vontade do PS em continuar "a trabalhar para que Governo e Parlamento cheguem, durante os próximos quatro anos, a todos os acordos que forem necessários para que as pessoas sintam que a sua vida está melhor". Na sua intervenção, no encerramento do debate do Programa do Governo, Ana Catarina Mendes recordou que os portugueses votaram no sentido da estabilidade política, mostrando, através do reforço dos resultados eleitorais, que confiam no PS para "manter a solução política da anterior legislatura, independentemente da forma concreta que assuma". "O essencial é saber onde nos posicionaremos no momento em que tivermos de optar por medidas que mudem a vida das pessoas para lhes conferir maior dignidade e mais direitos", afirmou.

PS quer vida dos portugueses melhor

"O XXII Governo Constitucional propõe-se governar para as pessoas, para os portugueses de hoje e para os portugueses de amanhã. Para todos os portugueses, porque, para nós, diferentemente de outros, o país só está melhor quando a vida das pessoas está melhor", assegurou, por seu lado, o vice-presidente da bancada socialista Porfírio Silva. "Contas certas para a convergência, investir na qualidade dos serviços públicos, melhorar a qualidade da democracia e valorizar as funções de soberania", elencou o parlamentar, assegurando que é nesse sentido que o executivo continuará o trabalho do Governo anterior, "agora com novos níveis de exigência".

Investimento no SNS

O deputado João Paulo Correia destacou as propostas que



JORGE FERREIRA

constam do programa do Governo na área da saúde, como por exemplo "mais unidades de saúde familiar, mais centros de saúde, mais portugueses com médico de família e novos hospitais", garantindo que os portugueses não esquecem o que o último Executivo de direita fez entre 2011 e 2015: "cortaram 1.100 milhões de euros do Serviço Nacional de Saúde, aumentaram as taxas moderadoras dificultando o acesso dos portugueses aos hospitais, aos centros de saúde e às unidades de saúde familiar, sem falar nos hospitais que ficaram por construir, nas unidades de saúde familiar que ficaram por montar e os centros de saúde que também ficaram por construir." ■



JORGE FERREIRA

OE2020: UM DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE

Um Orçamento é um "documento de responsabilidade" e não "uma lista de desejos e muito menos um catálogo de peditórios", defendeu o ministro de Estado e das Finanças, Mário Centeno, no encerramento do debate na do Orçamento do Estado para 2020.

NA OPINIÃO do ministro de Estado e das Finanças, este é de facto "o melhor orçamento dos últimos anos", reafirmando, o que o primeiro-ministro garantiu, que o Governo "não trabalha em função de interesses do momento ou mesmo do próximo fim de semana". O ministro das Finanças lembrou, no encerramento do debate sobre o OE, na Assembleia da República, que um Orçamento em caso algum pode ser confundido com uma "lista de desejos" ou com um catálogo onde se elencam vários pedidos, avisando os críticos da gestão orçamental do Governo que, tal como "não há carros sem travões, também não há orçamentos sem cativações". O que há, e os exemplos multiplicam-se com a prática recorrente de anteriores governos da direita, "é quem não saiba travar a tempo e acabe por cortar a direito", do mesmo modo, acrescentou o ministro das Finanças, como também "há quem não saiba cativar e acabe a desperdiçar, afinal, as gorduras que depois quer queimar". Na sua intervenção o ministro Mário Centeno fez questão de se referir também ao que classificou como "decisões difíceis", que na altura foram mesmo consideradas "muito controversas", como foi o caso da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e da venda do Novo Banco, iniciativas que permitiram "lançar as bases" para que Portugal pudesse recuperar a confiança e a credibilidade, o que possibilitou uma poupança de dois mil milhões de euros em juros da dívida e permitiu "o maior reforço de sempre da despesa no Serviço Nacional de Saúde".

O Orçamento do Estado para 2020:

- Melhora as contas do Estado, com uma redução do défice de 0,1% em 2019 para um superavit de 0,2% em 2020, atingindo um excedente orçamental pela primeira vez em democracia.
- Revigora o processo de convergência com a área euro pelo quinto ano consecutivo, um efeito inédito desde a adesão à moeda única, com uma previsão do crescimento real do PIB de 1,9%.
- Reflete a evolução positiva do mercado do trabalho (mais 371 mil empregos entre os três primeiros trimestres de 2015 e o mesmo período de 2019) e uma diminuição muito significativa do desemprego com a uma redução para cerca de metade da taxa de desemprego que passou de 12,5% em 2015 para 6,4% em 2019.
- Reforça a trajetória decrescente da taxa de desemprego para 6,1% em 2020.
- Fortalece a credibilidade internacional com a redução do peso da dívida pública no PIB, atingindo os 116,2%. ■

VER MAIS:



MARIA BEGONHA, DEPUTADA E LÍDER DA JUVENTUDE SOCIALISTA

“ESTE É UM BOM ORÇAMENTO PARA OS JOVENS PORTUGUESES”

A JS está satisfeita com o OE, na perspetiva da Juventude? Que medidas gostaria de destacar?

Sim, este é um bom orçamento para os jovens portugueses porque reforça os direitos das novas gerações. É preciso destacar o IRS jovem e o aumento do investimento na educação e ensino superior, que vêm melhorar as condições de emancipação dos jovens. Este orçamento traz uma descida das propinas e acolheu também uma proposta da JS, que valoriza as bolsas de ação social, pelo que os estudantes e as suas famílias vão pagar menos e vão ter bolsas melhores. Além disso, por proposta da JS e do PS, os passes com valor reduzido vão chegar a mais jovens.

Onde gostariam que o documento tivesse ido mais além?

Reconhecemos que, com este Governo, há uma nova geração de políticas de habitação e reconhecemos o enorme esforço que vai ser feito no investimento em habitação pública, mas acreditamos que programas de apoio nos custos com a renda dirigidos aos jovens são fundamentais. Os custos com a renda de casa são o grande entrave à emancipação da nossa geração. Aumentámos o investimento no Porta 65, o Plano Nacional de Alojamento dos Estudantes do Ensino Superior vai responder à falta de camas para muitos estudantes, mas temos que ir mais longe e continuar a dar prioridade inequívoca à habitação. Existe uma outra área onde defendemos que a Assembleia da República e Governo têm que apresentar soluções: é na democratização do acesso aos mestrados. Hoje, as propinas descem no 1.º ciclo,

mas o acesso aos mestrados está dificultado, ou mesmo vedado, a muitos estudantes.

Diria que o Governo está a corresponder às aspirações da juventude portuguesa? Ou há áreas críticas?

Há áreas críticas, como a habitação ou os salários baixos, nomeadamente para os mais qualificados. O Governo está no rumo certo ao estabelecer como prioridade a construção de políticas de habitação, de emprego e de qualificação direcionadas para a classe média e para os jovens, mas o PS ainda não é identificado como o partido que está na vanguarda do reforço dos direitos das novas gerações. No entanto, importa salientar que os jovens portugueses sabem bem quem lhes devolveu estabilidade, direitos e rendimentos, e sabem que foi o PS.



geração que, sendo jovem, é forçada a discutir problemas que mobilizaram os pais e os avós: a defesa do Estado Social, emprego com dignidade, habitação para todos, salários justos. Os jovens têm que ter representatividade e têm que se sentir representados nas políticas.

Olhando para as bancadas do Parlamento, considera que a Juventude está bem representada através das forças políticas com assento parlamentar?

A questão da representatividade é fundamental. Representatividade é o encontro entre várias gerações nos centros de decisão e nos órgãos de soberania. E, em Portugal, a juventude está gravemente sub-representada. Esta legislatura conta com mais jovens, com grande contributo do Grupo Parlamentar do PS, que tem sete deputados da Juventude Socialista, que fazem a diferença e rejuvenescem a bancada. E que, sobretudo, contribuem para melhorar as propostas e a pluralidade de ideias! ■

Os jovens estão interessados na política ou continuam o seu processo de afastamento?

Há muitos jovens interessados na política, mas são muitos mais os que estão afastados dos partidos e das juventudes partidárias. E o que é mais alarmante: estão afastados das instituições. Demos passos decisivos nos últimos quatro anos para recuperar credibilidade e confiança dos jovens na política e nos políticos com um governo credível, mas os partidos tradicionais enfrentam dificuldades em falar diretamente para uma

PEDRO CEGONHO, DEPUTADO E EX-PRESIDENTE DA ANAFRE

“É FUNDAMENTAL QUE OS JOVENS ENTREM PARA OS PARTIDOS, POR SI E LIVREMENTE”

O que gostaria de destacar no seu percurso político e o que espera alcançar com o seu mandato de deputado?

Eu comecei a minha vida autárquica numa freguesia em Lisboa, em 2005. Nessa altura era secretário da Junta e trabalhava em simultâneo no Banco. Mas a partir daí cresceu a vontade de protagonizar uma candidatura a presidente da Junta, na altura de Santo Condestável, depois Campo de Ourique. A construção de uma candidatura vencedora, envolvendo várias pessoas e desenhando um projeto de esperança, foi um desafio muito motivador e foi o segredo para ganhar uma Junta, que era difícil, logo em 2009. Iniciei aí um percurso, já há dez anos, que me deu a oportunidade de exercer a função mais próxima das pessoas e do seu dia-a-dia: ser presidente de uma Junta. Passar por três

eleições e ter sido presidente da Associação Nacional de Freguesias ao longo de seis anos, foi uma etapa de verdadeira realização pessoal e constituiu uma extraordinária preparação para qualquer desafio na vida. É uma experiência que procuro que esteja presente no meu presente mandato de deputado à Assembleia da República. Agora, na Assembleia da República quero trabalhar na área da Cultura e Património e na dos Assuntos Europeus, aplicando o conhecimento em temas que tenho trabalhado academicamente, na vertente dos paradigmas e da História da globalização e dos problemas que dela derivam.

Diria que os jovens estão interessados na política ou acha que estão, globalmente, num processo de afastamento? A responsabilidade é de quem? Falta

juventude nos órgãos autárquicos das freguesias?

Penso que os jovens têm interesse na política, mas, provavelmente, não na “bolha” partidária em que vivemos. Julgo que devemos fazer um esforço maior em reabilitar e qualificar a democracia representativa e os partidos políticos através de iniciativas como o Parlamento dos Jovens. É fundamental que os jovens entrem para os partidos, por si e livremente, e aí tenham verdadeira capacidade de intervenção. Sem ser em lógicas de grupos ou de arregimentação para eleições internas ou externas. Os partidos deveriam ter um pacto educativo para a cidadania que promovesse a participação dos jovens nos partidos políticos, de acordo com a opção ideológica de cada um. Nas freguesias temos vindo a constatar o aumento do número de jovens com responsabilidades autárquicas, inclu-



formas tecnológicas, poderão vir a revolucionar o paradigma de interação dos cidadãos com o Estado, e do Estado com os cidadãos e com a economia.

O processo de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica foi eficaz no cumprimento dos seus objetivos? O ex-Presidente da ANAFRE vai envolver-se no debate sobre o tema?

Ter sido presidente da Associação Nacional de Freguesias foi também aprender a ser porta-voz de uma instituição onde vários partidos políticos têm assento, ganhando a capacidade de ser o rosto de posições consensualizadas. Mas trata-se de posições nem sempre coincidentes com a nossa opinião pessoal, ou até com a posição do nosso partido. Quando nos tornamos ex-presidentes ganhamos liberdade, mas devemos impor a nós próprios uma reserva pública sobre as matérias anteriormente trabalhadas. Ou seja, dentro do PS estarei sempre disponível para refletir com os novos dirigentes da ANAFRE sobre a reorganização do território, mas publicamente penso que não fará sentido. ■

sive como presidentes. Julgo que o PS tem contribuído para esse rejuvenescimento.

Considera que a realidade das freguesias é uma realidade da qual o Parlamento está distante?

O Parlamento não está longe das autarquias. Mas também aqui se nota o centralismo municipal, sobretudo quando se fala de questões autárquicas, como a descentralização e as finanças locais, reduzindo as freguesias, por vezes, apenas à questão da reorganização do território. Mas as freguesias e o potencial deste nível de governo mais próximo das pessoas, combinado com as novas plata-

PARTIDO SOCIALISTA RENOVA ESTRUTURAS CONCELHIAS

O Partido Socialista renovou as suas estruturas locais para um ciclo de dois anos de mandato. Foram eleitos os órgãos de mais de 250 concelhias em todos os distritos do território continental, num processo que envolve cerca de seis mil militantes.



A ESTES DIRIGENTES concelhios, juntam-se os novos órgãos das Secções temáticas e de residência, que envolvem a participação de cerca de dois mil militantes. As eleições decorreram em todo o território entre os dias 31 de janeiro e 01 de fevereiro, mobilizando localmente as estruturas e os mili-

tantes para o próximo desafio eleitoral.

Com as eleições autárquicas no horizonte, o Partido Socialista elegeu agora as equipas que implementarão a base programática da ação do partido no que respeita à constituição das próximas listas eleitorais, segundo critérios que serão definidos

numa fase subsequente.

José Luís Carneiro, Secretário-geral adjunto do PS considera tratar-se de "uma fase de grande mobilização interna que demonstra não só a vitalidade das estruturas locais do partido, como o empenhamento dos seus militantes e a abrangência da sua implantação territorial". O núme-

ro dois do PS salienta a importância "desta dinâmica, altamente mobilizadora e catalisadora de uma política de proximidade que o Partido Socialista tem cultivado junto da sociedade".

O próximo ciclo de renovação já arrancou, com a apresentação das candidaturas às estruturas Federativas. Tanto as Fe-

derações do Partido Socialista como as Estruturas das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID) têm eleições marcadas entre os dias 13 e 14 de março, a que se seguirão os Congressos Federativos. O mês seguinte é dedicado à eleição do Secretário Geral do PS e da Presidente Nacional das MS-ID. ■



MULHERES SOCIALISTAS CRIAM ESTRUTURAS DE BASE CONCELHIA

ESTÁ CONCLUÍDA a primeira fase do processo de implementação da base concelhia das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID), com a constituição de 135 novas estruturas concelhias em todo o território continental, que envolvem a participação de mais de 1 500 mulheres socialistas. As eleições decorreram em simultâneo com o ato eleitoral para os órgãos das Secções e Concelhias do Partido Socialista, entre 31 de janeiro e 01 de fevereiro. A segunda fase de apresentação de candidaturas coincidiu com a apresentação de candidaturas aos órgãos das Federações do PS e das MS-ID, que te-

rão lugar a 13 e 14 de março. Elza Pais, Presidente Nacional das Mulheres Socialistas, congratulou-se com estes resultados, lembrando que "este foi um projeto conquistado no último Congresso do PS", pelo que, em primeiro lugar, agradeceu "o apoio e abertura do nosso Secretário-Geral, António Costa, para a construção desta base concelhia". As novas estruturas de base concelhia, propostas pela Presidente das MS-ID, Elza Pais, foram aprovadas durante o XXII Congresso Nacional, com o objetivo de reforçar a participação das mulheres na política, em linha com a estratégia do Secretário-

-Geral do PS para a Igualdade. "Com esta base Concelhia que agora se inicia, aumentam também as nossas responsabilidades e reforçam-se as condições para uma participação mais ativa e em plena igualdade, para a construção de um PS mais forte que a todas e todos envolva, e não deixe ninguém para trás", afirmou a líder das MS-ID. Estas estruturas estão já ativas e estarão em condições de apoiar o próprio PS no processo de participação nas próximas Eleições Autárquicas, que terão lugar já em 2021 e que, pela primeira vez, deverão contar com 40% de mulheres nas listas candidatas. ■



GOVERNO APROVA MEDIDAS PARA A VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO INTERIOR

GOVERNO MAIS PRÓXIMO

O primeiro Conselho de Ministros descentralizado da legislatura, que se realizou em Bragança, no âmbito da iniciativa 'Governo Mais Próximo', aprovou um conjunto de medidas destinadas à valorização dos territórios do Interior do país, com destaque para a promoção do emprego, do incentivo à mobilidade geográfica e fixação em territórios de baixa densidade, ao conhecimento e à inovação.

A APROVAÇÃO deste conjunto de medidas vai ao encontro do compromisso do XXII Governo em tornar o país mais coeso, mais inclusivo e mais competitivo, através da adoção de políticas públicas especialmente dirigidas à correção das assimetrias regionais, promovendo a atração de investimento e a diversificação e qualificação do tecido produtivo, para um desenvolvimento mais equilibrado de todo o território nacional. Estar a prometer que é possível resolver “num ápice” o que “décadas de esvaziamento” produziram nas regiões do Interior, e que hoje é “um dos problemas estruturais do país”, disse o primeiro-ministro, é estar a “iludir” as populações e a transmitir-lhes uma ideia errada. António Costa defendeu que, se o país quer aumentar o seu potencial de crescimento, tem mesmo de olhar para o Interior e para “o muito que lá está ainda por aproveitar”.

Medidas que promovem a fixação de pessoas nos territórios do Interior

Programa de Incentivos à Fixação de Trabalhadores do Estado no Interior, abrangendo tanto incentivos de natureza

pecuniária como outros aspetos relacionados com a prestação de trabalho. O diploma, aprovado na generalidade, seguirá agora para consulta pública.

Programa 'Trabalhar no Interior', iniciativa que tem como objetivo apoiar e incentivar a mobilidade geográfica. Integra a medida 'Emprego Interior MAIS', que consiste num apoio financeiro até 4.827 euros para os trabalhadores que passem a residir e prestar trabalho num território do interior, passível de majoração em função da dimensão do agregado familiar que com ele se desloque a título permanente, assim como uma comparticipação dos custos associados ao transporte de bens. O programa beneficia igualmente da medida de apoio ao regresso de emigrantes, prevista no âmbito do 'Regressar', que passará a contemplar uma majoração de 25% face aos apoios já concedidos. Para facilitar a mudança de casa, foi aprovada a medida 'Habitar no Interior'.

Medidas para o reforço da sustentabilidade e valorização do Interior Revisão e reavaliação do Pro-

grama de Valorização do Interior, com o objetivo de selecionar ações específicas nos territórios e incorporar novas iniciativas, nomeadamente soluções orientadas para dinâmicas de maior proximidade, programas de financiamento com dotação específica e critérios adaptados ao interior, assim como projetos construídos em rede e dirigidos ao aumento da competitividade, recentrando o modelo em áreas temáticas e territórios considerados de intervenção prioritária.

Programas +CO3SO Conhecimento e +CO3SO Digital, visando a criação de condições para o desenvolvimento social e económico, através da promoção de emprego qualificado, inovação e transferência de tecnologia, com orçamentos dedicados e adaptados às necessidades específicas dos territórios. Estes dois programas vão mobilizar 50,5 milhões de euros, num investimento total de 76 milhões de euros, prevendo-se a criação de 424 postos de trabalho.

Programa de mobilidade de estudantes 'Conhecer Portugal', com uma dotação de 5

milhões de euros, prevê a atribuição de 1.500 bolsas a estudantes que se desloquem para o Interior por períodos de três a seis meses, começando a ser aplicado já este ano e prolongando-se pela legislatura.

Programa Internacional de Investigação sobre Montesinho, orientado para atividades de I&D que promovam a relevância internacional do Parque Natural do Montesinho, e a criação do Observatório de Montesinho no complexo de infraestruturas da Lama Grande, afetando os imóveis ao Fundo Revive Natureza.

Além destas medidas, o Conselho de Ministros discutiu ainda **outras iniciativas**, nomeadamente:

A Estratégia para a Coesão Territorial, através da qual se procura alavancar o desenvolvimento regional do país como um todo. Esta Estratégia quer também dar mais coerência às políticas regionais e às políticas setoriais que têm impacto territorial, e contará com o envolvimento das Comissões de Coordenação e Desenvolvi-

mento Regional, bem como de outros atores relevantes.

A Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, com vista a promover relações de cooperação fortes e estáveis nas zonas de fronteira entre Portugal e Espanha, integra medidas transversais e multissetoriais, com o objetivo de melhorar a mobilidade transfronteiriça e eliminar custos de contexto; garantir infraestruturas e conectividade territorial; promover a gestão conjunta de serviços básicos nas áreas de educação, saúde, serviços sociais ou proteção civil; melhorar o ambiente; valorizar os centros urbanos e dinamizar atividades culturais.

A iniciativa “Governo Mais Próximo”, cuja primeira edição decorreu em Bragança durante dois dias, assentará sempre num Conselho de Ministros descentralizado, sendo este exclusivamente dedicado à valorização do interior do país e a medidas para criar emprego e condições de fixação de pessoas. Depois de Bragança, as próximas reuniões descentralizadas do Executivo serão em Castelo Branco e nos Açores. ■

PORTUGAL QUER UM ORÇAMENTO À ALTURA DAS AMBIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

Terminou sem acordo a Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia que, no passado dia 21, decorreu em Bruxelas, com a agenda de trabalhos focada no orçamento plurianual da União para 2021-2027.

A CIMEIRA foi interrompida diversas vezes para consultas bilaterais e acabou sem acordo entre os 27 Estados-Membros. Em cima da mesa estava o “documento técnico” elaborado pela Comissão Europeia, que previa um Quadro Financeiro Plurianual com contribuições equivalentes a 1,069% do Rendimento Nacional Bruto, proposta que foi rejeitada pelos líderes europeus e que foi alvo de críticas. Um dos críticos foi o Primeiro-ministro português,

que admitiu que “esse documento técnico não só não ajudou como complicou, visto que foi manifestamente, porventura, ao encontro da posição de alguma minoria presente no conselho, mas foi frontalmente contra a posição maioritária dos seus membros”. António Costa explicou: “alguns países, em vez de terem uma postura construtiva, agarraram-se a um número mágico e à insistência em manter uma contribuição para o orçamento da



União que não seja proporcional ao respetivo rendimento”. Ora a preocupação do Primeiro-ministro António Costa é que os Estados-Membros se concentrem em “dotar a União Europeia de um orçamento à altura das suas ambições”, que não “enfraqueça a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum”, o que este documento não assegura. António Costa defende que a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum “não devem sofrer qualquer re-

dução”, tendo em conta que se trata de áreas estratégicas fundamentais, não só para a “identidade da União Europeia”, mas também porque constituem “os maiores desafios que a Europa tem pela frente: a transição para a sociedade digital e a transição climática”. A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, diz que é necessário “trabalho árduo”, com “a democracia” para que os “27 diferentes interesses da União Europeia” possam ser

satisfeitos, satisfazendo simultaneamente “um objetivo comum, que é a UE e o orçamento europeu para os próximos anos”. Ursula Von der Leyen desdramatizou, explicando que “é uma boa tradição em democracia debater as diferentes visões, as diferentes ênfases e necessidades apontadas pelos diferentes Estados-membros, no que toca às políticas de coesão, agricultura ou relativamente às novas prioridades”. ■



ESTRASBURGO AGUARDA NOVA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA A UNIÃO EUROPEIA

O Parlamento Europeu “está desapontado com o fracasso do Conselho Europeu em alcançar um acordo” sobre o próximo orçamento plurianual da União Europeia, e espera que “o Conselho apresente uma versão mais ambiciosa [da proposta], capaz de servir de base para as negociações”, afirmou David Sassoli, presidente da Assembleia de Estrasburgo.

“SE QUEREMOS ir ao encontro das expectativas dos nossos cidadãos, necessitamos de apoiar as nossas ambições com fundos suficientes [...] É essencial que cheguemos rapidamente a um acordo ambicioso em torno do orçamento de longo prazo da UE e nos recursos próprios”, afirmou em comunicado divulgado em Bruxelas. Os Deputados Europeus rejeitaram liminarmente a proposta para o orçamento plurianual da União Europeia (UE) 2021-2027 apresentada pelo Conselho, vincando que ainda “está longe” de ser um documento “aceitável”. O presidente do Parlamento Eu-

ropeu informou que “nas duas reuniões que tivemos [o presidente e os líderes das bancadas parlamentares] com o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, confirmámos a posição unânime do Parlamento relativamente à proposta por si apresentada”. Para David Sassoli, “ainda se está longe de uma proposta aceitável”, considerando que a proposta em cima da mesa apresenta uma diferença de 230 mil milhões de euros relativamente à proposta de Estrasburgo. Por isso, Sassoli espera que “o Conselho apresente uma versão mais ambiciosa [da pro-

posta], capaz de servir de base para as negociações”. A proposta em causa esteve em discussão na cimeira extraordinária de chefes de Estado e de Governo da UE, não tendo havido acordo sobre ela. Para o documento ser aprovado, é necessário consenso entre os 27, que não foi ainda atingido. O Parlamento Europeu considerou tratar-se de uma proposta bastante semelhante à que foi apresentada pela presidência finlandesa do Conselho da UE no segundo semestre de 2019 e de imediato rejeitada pelos Estados-membros. O documento contempla um en-

velope global de 1.094 mil milhões de euros, representando estas contribuições o equivalente a 1,074% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) do conjunto da União, muito próximo do valor proposto no ano passado por Helsínquia (1,07% do RNB) e que Portugal considerou “inaceitável”. A nova base negocial, proposta por Charles Michel, depois de semanas de consultas aos 27, destinava apenas 323 mil milhões de euros aos fundos da política de coesão (contra 367,7 mil milhões do atual quadro financeiro 2014-2020, já sem os contributos do Reino Unido) e 329,3

mil milhões de euros para a PAC (contra 367,7 mil milhões do orçamento plurianual ainda em curso). Esta proposta continua a ser inferior à que foi apresentada originalmente pela Comissão Europeia (que contemplava contribuições de 1,114% do RNB), e muito aquém do valor de 1,3% do RNB defendido pelo Parlamento Europeu, que terá a última palavra no processo negocial, e que já manifestou o seu descontentamento com o novo documento sobre a mesa, apontando precisamente que não difere muito da proposta finlandesa, claramente rejeitada pela assembleia. ■

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL ADAPTA-SE “PORQUE AS NOTÍCIAS NÃO TÊM HORA MARCADA”

O Acção Socialista Digital (ASD) completou no passado dia 26 de fevereiro o quinto aniversário, com a publicação da sua 1155ª edição. Em suporte digital e de subscrição gratuita, o órgão de informação oficial do PS conquistou o estatuto de leitura obrigatória para dirigentes e militantes do PS. E não só.

ESTREOU-SE EM 2015, dirigido por Edite Estrela, quando o Partido Socialista preparava as bases do seu programa eleitoral. António Costa, Secretário-geral do PS, foi o primeiro entrevistado de um jornal que se apresentava como “original, na pluralidade de sentidos que o termo comporta: edição pri-

mordial; jornal singular, porque não se assemelha a nenhum outro; projeto inovador, porque não é cópia nem imitação do existente.” O Acção Socialista Digital foi então assim descrito pela Diretora Edite Estrela. O formato tem vindo a evoluir, procurando chegar a um público cada vez mais abrangente,

com especial enfoque na captação de leitores entre as camadas mais jovens da população. Para essa atratividade, contribui um design gráfico moderno e apelativo, acompanhado de conteúdos em permanente atualização, produzidos por uma equipa de profissionais dedicados.

Após cinco anos de edição diária ininterrupta, vai haver uma reformulação do projeto. Edite Estrela explica: “porque as notícias não têm hora marcada, o ASD vai ser reformulado, correspondendo às necessidades do seu público: leitores de diferentes idades e formações, todos igualmente exigentes, ávi-

dos de notícias fiáveis, o que não é de somenos em tempos de desinformação.” E acrescenta que “evoluir, sem ruturas, preservando a sua identidade e mantendo o rumo fundador, é o objetivo do ASD”, que quer igualmente “contribuir para aproximar os cidadãos da política.” ■

